#### artigos e ensaios

# Algumas questões sobre autoritarismo e formação do ideário da arquitetura moderna carioca<sup>1</sup>

#### Ricardo Rocha

Arquiteto e urbanista, professor adjunto no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, (55) 3220-8771, ricardodesrocha@ibest.com.br

#### Resumo

Este trabalho procura discutir as relações entre a questão do autoritarismo e o ideário inicial da arquitetura moderna brasileira. Porém, mais do que perceber as ligações perigosas entre modernismo e política autoritária, é importante reconhecer o caráter autoritário congênito na formação do Brasil moderno. Neste sentido, a discussão principal é sobre a constituição da hegemonia carioca no panorama da arquitetura moderna brasileira, em um esforço de compreender um de seus possíveis significados históricos.

*Palavras-chave:* ideário da arquitetura moderna; imaginário político; história do Brasil

# Revolução, autoritarismo e Brasil

<sup>1</sup> Texto adaptado, originalmente parte da tese de doutorado do autor. Para um confronto do tema com a produção de arquitetura no Brasil, remeto o leitor às análises ali elaboradas – consultar referências bibliográficas. Parece não haver dúvida quanto à idéia de que a crise da estrutura político-econômica e sócio-cultural da República Velha – marcada, entre outras coisas, pela disputa de poder entre as oligarquias regionais e, consequentemente, pela fraqueza do governo central – durante os anos 20, seria a responsável pela Revolução de 1930. Para muitos a Revolução de 1930, por sua vez, instauraria não só uma nova ordem republicana, mas, principalmente, um novo modelo de país, *o modelo de um Brasil moderno*.

Situando-se nesse último grupo, Herschmann e Pereira identificam, não obstante, uma aparente contradição na construção do imaginário de um Brasil moderno nos anos 20-30. No que diz respeito à ação dos intelectuais — e suas eventuais relações com o Estado — haveria, por um lado, certo viés autoritário, mesmo que seja o "de uma vanguarda que se queria 'fundadora' e 'reveladora' da nacionalidade"; e de outro, uma dimensão libertária e "antropofágica" que propunha a ambigüidade

como fundamento da brasilidade (Herschmann e Pereira, 1994; p. 31).

Admitir essa "contradição" seria colocar em cheque a "hegemonia simplista de um modelo 'libertário' a que associamos íntima e diretamente a visão de um Brasil moderno" (Idem; p. 13), em grande parte em função da confusão entre modernidade e modernismo estético. Entretanto, mais do que perceber as liaisons dangereuses entre modernismo cultural e política autoritária interessa reconhecer o caráter autoritário congênito na formação do Brasil moderno.

### Nostalgia e Plano

Creditar a equação autoritário/ moderno ao governo Vargas, por mais idiossincrático que ele seja, seria por demais ingênuo. O problema é, de fato, bem mais complexo e não se limita ao Brasil. Tratá-lo em profundidade, nas suas relações com o desenvolvimento da modernidade no ocidente ou mesmo em meio ao contexto político internacional do período, é algo que escapa aos limites deste ensaio.

Entretanto, é possível alinhavar algumas considerações em torno do problema das relações entre vanguardas culturais e Estado na América Latina.

Partindo da idéia da negatividade das vanguardas – seu aspecto *destrutivo* e *anti-institucional* tal como indicado por Peter Bürger – Adrián Gorelik (2005) procura responder em que medida é possível falar em vanguardas na América Latina já que, muitas vezes "engajando-se" nos governos locais, a principal tarefa que elas se auto-atribuíram foi a *construção de tradições*, principalmente nos países sem culturas desenvolvidas anteriores à descoberta do continente.

Parece ser esse, por exemplo, o sentimento de um dos personagens de *Sobre héroes y tumbas*, de Ernesto Sabato (2002), ambientado em Buenos Aires:

"nossa desgraça era que não tínhamos terminado de construir uma nação quando o mundo onde ela se originara começou a rachar e depois a desmoronar, de modo que aqui não tínhamos nem sequer esse simulacro de eternidade que na Europa, ou no México, ou em Cusco, são as pedras milenares. Aqui... não somos Europa nem América, mas uma região fraturada, um lugar de fratura e dilaceração instável, trágico e transtornado. De modo que aqui tudo era mais transitório e frágil, não havia nada sólido em que se agarrar, o homem parecia mais mortal, e sua condição, mais efêmera" (p. 309).

Nesse sentido, lembrando o caráter eminentemente construtivo da arquitetura em relação às outras artes, "se a arquitetura pode ser pensada como o pólo positivo da dialética produtiva da vanguarda, a América Latina – o Sul – pode ser pensada como um dos principais pólos positivos em sua dialética espacial, um dos lugares privilegiados onde a construção, mais que possível, aparecia como inevitável" (Gorelik, 2005; p. 23).

A cultura arquitetônica de vanguarda na década de 1930 na América Latina nasceria, assim, na encruzilhada entre os impulsos de *Nostalgia para ordenar o caos do presente* e do *Plano para neutralizar o medo do futuro*—e, note-se de passagem, não estamos muito longe aqui da idéia de *ordem e progresso*.

Mas se "toda indagação sobre as vanguardas latinoamericanas deve encarar o problema de uma cultura arquitetônica cuja configuração moderna reconhece essa origem cruzada, porque ela afeta a própria noção de vanguarda" (Idem; p. 15), o que dizer das vicissitudes da arquitetura moderna brasileira em meio ao seu desenvolvimento em pleno Estado Novo?

De qualquer forma, independentemente do espectro de cores das políticas nacionais, "poder-se-ia dizer que o 'estilo moderno' se impôs no México, no Brasil e na Argentina porque demonstrou ser capaz de disputar a autoridade para representar essa comunidade nacional, mais que a eficácia para adequar-se à transformação técnica; ou melhor, porque prometia fundir essa comunidade nacional em um cadinho mítico da época da técnica" (Idem; p. 52).

As tensões inerentes à(s) dialética(s) da(s) vanguarda(s) apontada(s) por Gorelik, "resolvem-se" na América Latina, ao contrário do que acontece com as vanguardas artísticas européias, totalmente com sinal positivo, combinando a necessidade de coesão interna com o desejo de afirmação externa, num período entre duas guerras mundiais. Se na Argentina, no México e no Brasil – casos analisados pelo ensaísta argentino – observam-se "traços diferenciados de processos muito diferenciados que, contudo, não podem ocultar ligações íntimas: a tentativa de tornar orgânica a modernização empreendida pelos diferentes Estados. Orgânica, no triplo sentido que o objetivo de integração nacional requer, compartilhado plenamente a partir dos anos trinta: integração cultural, social e territorial" (Idem; p. 49).

É necessário concordar com Carlos Martins – a partir de um diálogo estabelecido pelo próprio Gorelik – quando diz que "contribuir, no plano específico da produção cultural, para a transformação do território em nação, da população em povo, implicava reconhecer que a questão nacionalista se apresentava, no Brasil pós-guerra, como esforço de reação, ainda que pluriforme, a três níveis, a princípio distintos, de problemas: a necessidade de afirmação de independência política e soberania econômica diante da vocação imperialista das potências internacionais, agudamente demonstrada pela Guerra

Mundial, tinha seu componente cultural no esforço de demonstração de equipotência cultural, da possibilidade de permanente atualização com a vanguarda internacional. Em segundo lugar, a necessidade... de unificar um território e uma população ainda fortemente marcados pela tradição regionalista (...). Por último... a construção de uma identidade nacional era uma condição necessária para a superação da ameaça à coesão social interna, representada pelo caráter pluri-étnico da composição da população trabalhadora, urbana e, em alguns casos, agrária" (Martins, 1992; p. 74-75).

A violência representada pela "unidade nacional" por cima das diferenças regionais e de composição étnica da população trabalhadora sob a bandeira da ameaça à coesão social parece ser a contrapartida interna da ameaça externa apontada por Martins, numa tentativa de "conformação de sistemas econômicos nacionais integrados, como parte dos novos papéis públicos que emergem com a reestruturação do sistema econômico internacional póstrinta" (Gorelik, 2005; p. 164).

#### O anti-Getúlio

Concentrando um pouco mais a discussão no Brasil, não é difícil perceber que nos últimos anos da República Velha a tentação autoritária estava no ar aguardando apenas um agente catalisador para sua fusão em uma nova forma adequada aos tempos que se anunciavam.

Noé Freire Sandes chama atenção para o fato de que com a presidência de Epitácio Pessoa "abre-se uma etapa política na qual se anuncia a elaboração de uma perspectiva nacional" (Sandes, 2000; p. 217-218). Com a justificativa da defesa da ordem, ameaçada por acontecimentos como o levante do Forte de Copacabana, o político paraibano afirma o poder da União, tentando realizar um governo de unidade nacional. Procura assim reforçar o presidencialismo, por meio de um processo de centralismo crescente que punha em destaque a figura do presidente – como no caso de seu ambicioso programa de combate às secas do sertão nordestino, no qual realiza uma aproximação direta do governo federal aos líderes locais.

O improvável nome que surgira como forma de apaziguar a disputa intra-oligárquica entre São Paulo e Minas Gerais, acabou assumindo o papel de um "quase Ruy Barbosa": "buscou certa independência entre as elites, governou com um ministério marcado pela predominância de técnicos e se lançou em um projeto de envergadura na-cional" (Idem; p. 217).

Como notou Sandes, seu governo constituiu uma encruzilhada na qual "duas vertentes da mitologia brasileira... se encontram e caminham para uma perspectiva de síntese, notadamente quando se instalou o Estado Novo" (Idem; p. 226) – o cadinho mítico da época da técnica de Gorelik. A revogação do banimento da família real e a decisão de transladar os despojos de D. Pedro II assinalam a pacificação da República com a história monárquica, sob a égide do imperador que garantiu a unidade do país. Por outro lado, o levante do Forte de Copacabana confere novo alento a tradição de motins militares que ganham conotações políticas a posteriori (como no caso da Proclamação da República). Tudo isso em meio aos festejos do Centenário da Independência, e sua exposição comemorativa aliando memória do passado (nostalgia) e perspectiva de futuro (plano).

Não causa espanto algum, nesse sentido, encontrar no final do túnel a luz da locomotiva do Estado a iluminar o caminho da nação. Sua ação (autoritária) era a de um agente da modernização (tanto quanto o eram as vanguardas – daí sua *união estratégica*). Resta saber quais seriam as credenciais necessárias ao maquinista.

No final de 1922, já como ex-presidente, Epitácio Pessoa dá uma entrevista a *Il Popolo d'Italia*. Respondendo a uma pergunta sobre a revolução fascista, o advento de Mussolini ao poder e a *nova* vida italiana, comenta:

"a personalidade energica e voluntariosa do Presidente Mussolini me dispertou profunda sympathia. Admiro e comprehendo a sua forte concepção de Governo, realizada com vontade inflexível, que sempre considerei virtude necessaria e inestimavel fortuna para o Governo dos povos, hoje mais que nunca, dado o estado de crise e de perturbações em que se encontra o mundo inteiro" (Pessoa, 1922).

risco. 4 2[2006 artigos e ensaios 17

<sup>2</sup> Embora tenha realizado uma reforma no Exército através de seu Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras, como este, todos os ministros de pastas militares nomeados por Epitácio Pessoa eram civis

O estado de crise e perturbações em que se encontrava o mundo inteiro estava relacionado, nas palavras do ex-presidente, às turbulências do pósguerra e às exageradas theorias moscovitas. Advogando um rappel à l'ordre, a volta do prestígio e da autoridade das classes dirigentes através de uma política forte e conservadora, aponta como um "preconceito" a suposição de que tal política significaria algo incompatível com os interesses dos operários e das classes humildes: "os verdadeiros interesses do proletariado só podem ser efficazmente defendidos por um Governo forte" (Idem).

Em nome dos verdadeiros interesses do proletariado as "classes dirigentes" utilizaram o recurso da suspensão da lei – a declaração do estado de sítio - como forma de conter as "ameacas" interna (o caráter pluri-étnico da composição da população trabalhadora) e externa (quer a vocação imperialista das potências internacionais quer as exageradas theorias moscovitas).

Ironias da História a parte – a questão do autoritarismo de esquerda – o mito do imperador que garante a unidade do país já não era suficiente e o exemplo de Mussolini talvez tenha chegado tarde demais para Epitácio Pessoa... Mas para ser mais justo com sua figura histórica, faltava a essa espécie de anti-Getúlio certa dose de caudilhismo que sobrava no gaúcho Vargas: considerava os "Heróis de Copacabana" uma criação de inimigos da ordem constitucional e recusava a atribuir aos tenentes a proeminência na Revolução de 30.

#### Mitologia moderna

Ao contrário de Epitácio Pessoa, Getúlio Vargas soube canalizar as energias dos tenentes a seu favor. Fundia com isso as duas mitologias antes apontadas – a antiga (nostalgia), de um governo de unidade nacional, também almejado por Epitácio Pessoa, e a nova (plano), a da revolução libertário-autoritária moderna. Realização da ditadura republicana positivista ou não – uma vez que o Estado também passava a interferir diretamente nas áreas educacional, cultural e profissional, ao contrário das recomendações de Comte – o advento do Estado Novo em 1937 institucionalizou o estado de sítio, segundo os mesmos argumentos anteriores da defesa da ordem, agora ameaçada não só pelos radicalismos de esquerda como também pelos de direita. Apesar de seu anti-militarismo<sup>2</sup>, Epitácio Pessoa já tinha usado tal instrumento; o governo posterior, do mineiro Artur Bernardes (1922-26), transcorreu praticamente sob sua vigência. E no governo seguinte, em meio à sucessão do paulista Washington Luís, é deflagrada a Revolução de 30.

No rastro das lições de Walter Benjamim, o filósofo italiano Giorgio Agamben entende o estado de exceção como o motor imóvel da máquina jurídica ocidental: "a segurança como paradigma de governo não nasce para instaurar a ordem, mas para governar a desordem" (Agamben, 2005; p. 5). Uma súmula da política de Vargas – e não deixa de ser curioso que o serviço brasileiro de inteligência tenha sido criado no governo de Washington Luís – que, nesse sentido, revela-se não só um "modernizador" do positivismo<sup>3</sup> como também um precursor da política externa norte-americana.

#### Cultura do Estado de exceção

"quando o estado normal é a doença organizada, e o erro, lei, o afastamento da norma se impõe e a ilegalidade, apenas, é fecunda".

Lucio Costa

Para Thomas Skidmore, os anos que vão da Revolução de 30 ao Estado Novo constituem um momento de intensa experimentação de novas fórmulas políticas, "incluindo uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova Constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista" (Skidmore, 1976; p. 26). De forma semelhante, como alguns estudos vêm mostrando já há algum tempo, o mesmo período é prolífico em termos de experimentação arquitetônica. Não obstante, como lembra Adrián Gorelik, a construção do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro (1936-45) encerra esse período de intensa experimentação vanguardista:

"a nova arquitetura se converte... em um ponto de chegada que supera todas as buscas anteriores, as das vanguardas e a do neocolonial, ambas representativas, para [Lucio] Costa, de realidades parciais do Brasil que agora se deseja uno, materializando na arquitetura uma velha aspiração dos intelectuais

<sup>3</sup> Segundo Bosi (2004, p. 46). "iniciando a sua carreira como deputado republicano, em 1909, sob a égide do castilhismo, e sucedendo na presidência do Estado, em 1928. a seu mentor, Borges de Medeiros, Getúlio representa o elo entre o comtismo dos republicanos e a vertente nacionalista, planificadora e trabalhista que, sob a sua influência direta, regeu o Brasil dos anos de 1930 até o golpe udeno-militar de 1964".

risco

recém-compartilhada, a partir de 1930, pelo Estado: a construção da identidade nacional capaz de romper com o particularismo dos poderes regionais da República Velha" (Gorelik, 2005; p. 45);

ou, mais adiante:

"o Ministério pode ser pensado como um divisor de águas, não por seu caráter iniciador, mas por seu papel na cristalização de um modelo vitorioso: a Nova Arquitetura para um Estado Novo. A implementação do Estado Novo, que na dimensão política foi vivido como repressão à experimentação social e cultural, possibilitou a passagem da arquitetura brasileira de sua infância para sua maturidade" (Idem; p. 47).

Ou seja, embora Gorelik não o diga, a germinação da arquitetura moderna brasileira, em sua versão carioca, durante um período de política autoritária – o Estado Novo – fez com que ela passasse rapidamente da infância à maturidade: o caráter autoritário seria um mal congênito não só da formação do Brasil moderno, mas também da formação da arquitetura do Brasil moderno: ao mesmo tempo em que se afirma externamente, a "Escola Carioca" se torna hegemônica<sup>4</sup> internamente abafando outras expressões e correntes – inclusive modernas (Warchavchik, Flávio de Carvalho, etc.) – coincidentemente, no momento exato em que terminam a Segunda Guerra e o Estado Novo e começa a surgir um novo Estado: o Estado desenvolvimentista dos anos 50/605.

Em outras palavras, o viés autoritário identificado por Herschmann e Pereira na construção do imaginário de um Brasil moderno nos anos 20-30, o de uma vanguarda que se queria a única fundadora e reveladora da nacionalidade moderna, é algo intrínseco ao seu sucesso, tanto interna como externamente, pelo menos no que diz respeito à arquitetura. Daí não surpreende que "se, para [a crítica militante], a arquitetura moderna era igual à democracia e seu fracasso acompanhava os totalitarismos que tinham precisado identificar-se com as arquiteturas do passado, no Brasil, pelo contrário, a arquitetura moderna teve a capacidade de simbolizar um Estado autoritário com uma eficácia que superou todo o historicismo" (Gorelik, 2005; p. 48).

O que vem sendo chamado de vocação demiúrgica dos arquitetos e de hegemonia da "Escola Carioca", nessa chave, tem muito de herança autoritária:

"a ação cultural é concebida portanto como política cultural e sua eficácia através do Estado é inerente a própria lógica [autoritária] do projeto modernista: o de ser a ponte entre essa renovação cultural e a reforma da sociedade, entre a modernidade e a modernização [a todo custo] do país" (Martins, 1993; p. 131).

E ao que tudo indica (dialeticamente?) o reconhecimento internacional de nossa arquitetura<sup>6</sup>, juntamente com a narrativa mítico-historiográfica que o acompanha - Philip Goodwin e Brazil Builds, Yves Bruand e L'Architetcture Contemporaine au Brésil, etc. – têm um papel nada secundário na construção de seu "relato heróico", e, nesse sentido, "compreender a lógica de montagem da narrativa historiográfica é reconstituir o processo de construção hegemônica de um projeto particular que se converteu em projeto brasileiro" (Martins, 1999; p. 19).

Reviravolta final, uma expressão cultural regional, a "Escola Carioca", se impõe em todo o país como única representante válida da comunidade nacional moderna.

#### Autoritarismo libertário

A essa altura torna-se necessário dizer que o exposto acima não constitui um juízo de valor - negativo sobre a arquitetura moderna brasileira em sua vertente pós-corbusieriana. Muito pelo contrário, são justamente as qualidades dessa arquitetura "milagrosa" – cuja expressão máxima (ou única...) é a obra de Oscar Niemeyer – tal como identificadas pela crítica nacional e internacional, que permitem sua completa eficácia: se foi necessário certo autoritarismo para vencer a batalha dos estilos das décadas de 30/40 7, é seu aspecto plástico inovador desde Pampulha – motivo de críticas e elogios, mas sempre chamando a atenção para a peculiaridade de uma corrente nacional rompendo a ortodoxia, para bem ou para mal, do International Style como o uso livre da curva, de forma elegante e arbitrária8 (para não dizer antropofágica), isto é, seu caráter simbolicamente libertário identificado

- <sup>4</sup> A idéia de *hegemonia* difere da nocão de sistema proposta por Otília Arantes (2004) - a partir de Antônio Candido - na análise do sentido da formação da arquitetura moderna brasileira.
- <sup>5</sup> O que não deixa de ser contraditório. De forma semelhante à Alemanha nazista. não houve um estilo arquitetônico do Estado Novo embora houvesse quem o desejasse (ver nota 7). Mas se a hegemonia carioca ocorre em plena democracia, por outro lado, o desenvolvimentismo que caracteriza o período não deixa de ser uma continuidade do voluntarismo construtivista estatal desde Vargas (ver nota 3)
- <sup>6</sup> Para uma visão crítica do "sucesso" internacional da arquitetura moderna brasileira. conferir Liernur (1999).
- 7 Um depoimento de época aparece no artigo de José Mariano Filho "Arquitetura estatal", publicado em São Paulo no jornal "A Gazeta" em 22/09/1944 e reproduzido em Lissovsky e Sá (1996: p. 199-200). Para um panorama parcial consultar Cavalcanti (1995).
- <sup>8</sup> A expressão é de Guerra (2005).

com a *brasilidade*, que irá garantir sua hegemonia até a construção de Brasília.

Daí sua ambigüidade: o imaginário libertário dessa arquitetura, em um momento único de otimismo modernizador nacionalista e de reconhecimento externo, acaba relegando – um tanto autoritariamente – todas as outras manifestações a um plano secundário, ao ponto da quase totalidade das principais edificações públicas da nova capital sair da prancheta do mesmo arquiteto.

Ao eleger somente uma arquitetura como representação da alvorada de uma nova nação, o Estado personalizado em Juscelino Kubitschek transforma o "personagem" Oscar Niemeyer, através de uma fusão do "herói" e de suas obras, no ideal brasileiro — exposição tamanha que desnudava o esquema de uma unidade de forma (urbana) cujo princípio antidemocrático é evidente, ao mesmo tempo em que, seja permitido o trocadilho, punha o rei nu.

<sup>9</sup> Cf. Martins, Gorelik e Liernur (1999). Assim, a chave que permite compreender o "fenômeno Brasil", ou pelo menos o milagre Niemeyer, é a mesma que possibilita entender o paradoxo aparente de um monumento *moderno*, como o Ministério da Educação – admitindo o monumento como a *expressão de um princípio de autoridade*, mesmo que seja a de um presente que se quer futuro; e a modernidade como sendo caracterizada justamente pela dissolução de toda autoridade heterônoma.

Mais uma vez, é a "resolução" com sinal positivo das tensões, a *conciliação* entre moderno e autoritário, modernidade e autoridade, na formação de *certo* projeto moderno no Brasil, sua viabilização através do voluntarismo construtivista do Estado, que permite a afirmação de uma modernidade simbólica – a arquitetura moderna "carioca" cujo caráter libertário prende-se única e exclusivamente ao plano das formas: liberdade plástica contra a autoridade do funcionalismo estrito.

#### Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. "Entrevista". Caderno "mais!"

— Folha de São Paulo, São Paulo, p.: 4-5, 18/

- ARANTES, Otília. Esquema de Lucio Costa. Em: NOBRE, A. et al. **Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. Em: PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). **Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América.** São Paulo: EDUSP, 2004
- CAVALCANTI, Lauro. **As preocupações do belo.** Rio de Janeiro: Taurus, 1995.
- GORELIK, Adrián. **Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- GUERRA, Abílio. "Arquitetura e Estado no Brasil". **Arquitextos,** Portal de Arquitetura Vitruvius (www.vitruvius.com.br), n. 64, set. 2005.
- HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos. O imaginário moderno no Brasil. Em: A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LIERNUR, Jorge. "The South American Way". Block, Buenos Aires, n. 4, p.: 23-41, dez. 1999.
- LISSOVSKY, Maurício. e SÁ, Paulo. (orgs.). **Colunas** da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945). Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.
- MARTINS, Carlos. "Identidade Nacional e Estado no projeto modernista". **Óculum,** Campinas, n. 2, p.: 71-76, set. 1992.
- "Estado, cultura e natureza na origem da arquitetura moderna brasileira: Le Corbusier e Lucio Costa, 1929-30". Caramelo, São Paulo, nÚ 6, p.: 129-136, 1993.
- \_\_\_\_\_ "Hay algo de irracional...". **Block,** Buenos Aires, n. 4, p.: 8-22, dez. 1999.
- MARTINS, C., GORELIK, A. e LIERNUR, J. "Brasil". Block, Buenos Aires, n. 4, p.: 6-7, dez. 1999.
- PESSOA, Epitácio. **Illustração Brasileira,** Rio de Janeiro, n. 28, dez. 1922.
- ROCHA, Ricardo. **Monumentos no Brasil: arquitetura, autoridade e modernidade.** São Paulo: FAU/ USP, 2006.
- SABATO, Ernesto. **Sobre heróis e tumbas.** São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- SANDES, Noé. **A invenção da nação: entre a monarquia e a república.** Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

risco. 4 2[2006 artigos e ensaios 20

## abstracts

Algumas questões sobre autoritarismo e formação do ideário da arquitetura moderna carioca

Ricardo Rocha

#### **Abstract**

This work attempts to discuss the (apparent) contradictory relations among modern architecture and authoritarian State in Brazil. However, more than to notice the dangerous links between modernism and authoritarian politics, it is important to recognize the congenital authoritarian character in the formation of modern Brazil. In this sense, the main discussion is about the constitution of the "carioca" hegemony in the panorama of the Brazilian modern architecture, in an effort of comprehending its historical meaning as it is revealed in the analysis



1169